



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DOS CAMPOS/SP**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA INTERNACIONAL Nº 021/SGAF/2021**

**CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO AEROPORTO  
DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

**EDITAL**

**DEZEMBRO DE 2021**



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

**SUMÁRIO**

<b>EDITAL .....</b>	<b>1</b>
<b>PREÂMBULO .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>4</b>
Seção I – Das Definições .....	4
Seção II – Do Objeto .....	7
Seção III – Do Acesso ao Edital .....	7
Seção IV – Dos Esclarecimentos sobre o Edital .....	8
Seção V – Das Visitas Técnicas .....	8
Seção VI – Da Impugnação ao Edital .....	9
<b>CAPÍTULO II – DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO III – DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA .....</b>	<b>11</b>
Seção I – Da Participação de Empresa Estrangeira .....	11
Seção II – Da Participação em Consórcio .....	12
Seção III – Das Limitações à Participação .....	13
<b>CAPÍTULO IV – DA DOCUMENTAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
Seção I – Das Declarações .....	15
Seção II – Da Garantia da Proposta .....	16
Seção III – Da Proposta Econômica .....	18
Seção IV – Da Habilitação .....	18
Subseção I – Da Habilitação Jurídica .....	19
Subseção II – Da Habilitação Econômico-financeira .....	20
Subseção III – Da Regularidade Fiscal e Trabalhista .....	21
Subseção IV – Da Habilitação Técnica .....	21
<b>CAPÍTULO V – DAS ETAPAS DA CONCORRÊNCIA .....</b>	<b>24</b>
Seção I – Da Apresentação dos Documentos .....	24
Seção II – Credenciamento .....	25
Seção III – Da Sessão Pública da Concorrência .....	27
Seção IV – Da Análise dos Demais Documentos .....	28
Seção V – Dos Recursos Administrativos .....	29
Seção VI – Da Homologação da Concorrência e da Adjudicação do Objeto .....	29
<b>CAPÍTULO VI – DO CONTRATO DE CONCESSÃO .....</b>	<b>30</b>
Seção I – Das Obrigações Prévias à Celebração do Contrato .....	30
Seção II – Da Celebração do Contrato de Concessão .....	31
Seção III – Das Disposições Gerais do Contrato de Concessão .....	32
<b>CAPÍTULO VII – DAS PENALIDADES .....</b>	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

**PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, por meio da sua SECRETARIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (SIDE), torna público, por meio do presente Edital de Concorrência Pública Internacional nº 021/SGAF/2021, que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública Internacional, para a concessão da exploração, manutenção e expansão do Aeroporto de São José dos Campos – Professor Urbano Ernesto Stumpf (IATA: SJK / ICAO: SBSJ), doravante “Aeroporto SJK”, pelo tipo (critério de julgamento) Maior Oferta, consistente no Maior valor de Outorga, com inversão de fases, conforme descrito no Capítulo V – Das Etapas da Concorrência.

A exploração do Aeroporto SJK foi delegada ao Município por meio do Convênio de Delegação nº 25/2020, celebrado entre a UNIÃO, por intermédio do Ministério da Infraestrutura e o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, excetuando-se as atividades de navegação aérea, que permaneceram sob a responsabilidade do COMAER. Referido Convênio permite a exploração indireta do aeroporto por meio de concessão, nos termos de sua Cláusula Quarta.

A presente licitação também será regida pelas regras previstas neste Edital e seus anexos, pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei Federal nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; e Decreto Federal nº 7.624, de 22 de novembro de 2011; e demais normas vigentes sobre a matéria.

A licitação foi precedida de Audiência Pública, realizadas nos dias 16, 17, 18, 19 e 20 de agosto de 2021, nas Regiões Sul, Sudeste, Central, Norte, Oeste e Leste do Município, e os estudos, a edital e o contrato foram submetidas à consulta pública de 15/07/2021 até 15/08/2021.

Os envelopes com a documentação e a proposta deverão ser protocolados no Departamento de Recursos Materiais (DRM), situado à Rua José de Alencar n.º 123, 1º andar, sala 03 do Paço Municipal.

Os envelopes serão entregues até 10:00 horas do dia 21 de fevereiro de 2022. Observada a inversão de fases, nos termos do art. 18-A, da Lei Federal n.º 8.987/95, o início da abertura dos envelopes será às 10:15 horas, do dia 21 de fevereiro de 2022, na Sala de Abertura de Licitações.

O Edital, Contrato e respectivos Anexos, bem como os estudos e material de apoio referente ao Aeroporto SJK poderão ser obtidos no endereço da Prefeitura Municipal de São José dos Campos/SP, na Rua José de Alencar, n.º 123, Centro, da cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, mediante apresentação de *pen drive*, ou pelo endereço eletrônico: <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/portal-da-transparencia/aeroporto-internacional-professor-urbano-stumpf/>.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS não se responsabiliza pelo texto ou conteúdo de editais, anexos ou documentos obtidos ou conhecidos de forma e local diversos daqueles indicados acima.

Considera-se oficial, para efeitos da presente Licitação, o horário oficial de Brasília.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

**CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Seção I – Das Definições**

1.1. Para os fins do presente Edital, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as expressões seguintes são assim definidas:

- 1.1.1. **Adjudicatária:** proponente (ou licitante) vencedor do processo licitatório;
- 1.1.2. **Aeroporto:** Aeroporto que será objeto do presente procedimento licitatório.
- 1.1.3. **ANAC:** Agência Nacional de Aviação Civil, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial, criada pela Lei Federal nº. 11.182, de 27 de setembro de 2005, que exercerá as funções que a legislação federal lhe outorga relativas à fiscalização do aeroporto;
- 1.1.4. **Anexo do Contrato:** cada um dos Anexos do Contrato de Concessão;
- 1.1.5. **Anexos:** cada um dos documentos anexos ao Edital, seguido da sua denominação
- 1.1.6. **Assistência técnica:** oferta de assessoria ou suporte intelectual, tecnológico e material que possibilitem a efetiva realização de um processo, serviço ou atividade para fins de execução do contrato de concessão;
- 1.1.7. **Coligadas:** sociedades submetidas à influência significativa de outra sociedade. Há influência significativa quando se detém ou se exerce o poder de participar nas decisões das políticas financeira ou operacional da investida, sem controlá-la. É presumida influência significativa quando houver a titularidade de 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante da investida, sem controlá-la;
- 1.1.8. **Comissão Permanente de Licitações (GPL):** comissão instituída pelo Município que será responsável por conduzir os procedimentos relativos à Concorrência, além de examinar e julgar todos os documentos;
- 1.1.9. **Complexo Aeroportuário:** a área da Concessão, caracterizada pelo sítio aeroportuário, e em conformidade com a descrição constante do Anexo 2 – Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, do Contrato, incluindo faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais, administrativas e comerciais relacionadas à Concessão;
- 1.1.10. **Concessão:** concessão de serviços públicos de que trata a Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, cujo escopo é a exploração, manutenção e expansão do Aeroporto objeto do presente procedimento licitatório;
- 1.1.11. **Concessionária:** sociedade de propósito específico responsável pela execução do Contrato, constituída na forma de sociedade por ações pela Proponente vencedora da Concessão, de acordo com leis brasileiras, com sede e administração no Brasil;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 1.1.12. **Consórcio:** é o grupo de Proponentes, solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, e vinculados por meio de Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico;
- 1.1.13. **Contrato:** o Contrato de Concessão a ser celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, nos termos do Anexo - Contrato de Concessão;
- 1.1.14. **Outorga:** valor ofertado pela Proponente, nos termos de sua proposta econômica, para pagamento ao Poder Concedente, nas condições definidas no Contrato de Concessão;
- 1.1.15. **Controlada:** a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; e usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade;
- 1.1.16. **Controladora:** a pessoa física ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que:
- 1.1.16.1. é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; e
- 1.1.16.2. usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade.
- 1.1.17. **Controle da Concessionária:** titularidade de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma das ações representativas do capital social votante da Concessionária ou outro critério que venha a ser regulamentado pelo MUNICÍPIO;
- 1.1.18. **Documentos de Habilitação:** conjunto de documentos arrolados no Edital, a ser obrigatoriamente apresentado pelas Proponentes e membros do Consórcio, conforme o caso, destinado a comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, habilitação técnica e econômico-financeira;
- 1.1.19. **Edital:** é o presente documento que estipula as regras da Concorrência;
- 1.1.20. **Empresa Líder do Consórcio:** empresa indicada pela Proponente participante do certame na qualidade de consorciada, responsável perante o Poder Concedente pelo cumprimento das obrigações da Proponente contidas neste Edital, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais empresas consorciadas;
- 1.1.21. **Empresas Aéreas:** pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras devidamente autorizadas a executar transporte aéreo regular ou não de pessoas e/ou cargas e malotes postais com fins lucrativos;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 1.1.22. **Garantia de Execução Contratual:** garantia do fiel cumprimento das obrigações do Contrato, a ser prestada pela Concessionária, e que poderá ser executada pelo MUNICÍPIO nas hipóteses previstas no Contrato;
- 1.1.23. **Garantia da Proposta:** garantia prestada pelas Proponentes que poderá ser executada pelo MUNICÍPIO, nos termos do Edital;
- 1.1.24. **Infraero:** Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, empresa pública federal instituída pela Lei Federal nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972;
- 1.1.25. **Concorrência:** modalidade de licitação para a seleção da Proponente que constituirá a Concessionária responsável pela execução do objeto da Concessão;
- 1.1.26. **Operador Aeroportuário:** pessoa jurídica que opera diretamente um aeroporto, suas Controladoras ou Controladas, bem como subsidiárias integrais das referidas pessoas jurídicas. Também se enquadra na definição deste item:
- a) a pessoa jurídica que possui participação igual ou superior a 20% (vinte por cento) das ações ordinárias na sociedade que opera diretamente um aeroporto, ou em sua Controladora, e que, por meio de acordo de acionistas, participa do controle desse operador ou de sua Controladora; e
  - b) a pessoa jurídica instituída sob outras formas sociais e com o objetivo de operar aeroportos, na qual aquele que opera diretamente um aeroporto participe estatutariamente de seu controle.
- 1.1.27. **Partes Relacionadas:** com relação à Concessionária, qualquer pessoa Controladora, Coligada e respectivas Controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas Normas Contábeis em vigor;
- 1.1.28. **PEA:** Plano de Exploração Aeroportuária, apresentado pelo Poder Concedente como Anexo 2 ao Contrato, que detalha o objeto da concessão e determina as obrigações e condições de exploração do Aeroporto pela Concessionária;
- 1.1.29. **Poder Concedente:** o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, delegatário do Aeroporto;
- 1.1.30. **Proponente:** pessoas jurídicas, fundos de investimento e entidades de previdência complementar participantes da Concorrência, individualmente ou como membro de Consórcio;
- 1.1.31. **Proponente Classificada:** Proponente cuja proposta econômica atenda à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e ainda esteja submetida apenas a condições e termos previstos neste Edital;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 1.1.32. **Proponente Titular:** Proponente classificada que apresentou a maior oferta, até o momento, para o Aeroporto em questão, observadas as regras da Sessão Pública de Concorrência;
- 1.1.33. **Receitas Não Tarifárias:** receitas alternativas, complementares ou acessórias, obtidas pela Concessionária em decorrência de exploração de atividades econômicas realizadas no Complexo Aeroportuário, e que não sejam remuneradas por Tarifas;
- 1.1.34. **Receitas Tarifárias:** receitas decorrentes do pagamento das tarifas aeroportuárias;
- 1.1.35. **Representantes Credenciados:** pessoas autorizadas a representar as Proponentes em todos os documentos relacionados à Concorrência, exceto nos atos praticados junto à (entidade organizadora da concorrência);
- 1.1.36. **Sessão Pública da Concorrência:** sessão pública para abertura dos envelopes contendo a documentação exigida no Edital;
- 1.1.37. **Tarifa:** remuneração pela prestação dos serviços aeroportuários, nos termos do Anexo 4 do Contrato - Tarifas do Contrato de Concessão do Aeroporto;
- 1.1.38. **Usuários:** todas as pessoas físicas e jurídicas que sejam tomadoras dos serviços prestados pela Concessionária, ou por terceiro por ela indicado, no Complexo Aeroportuário.
- 1.2. Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação, as definições do Edital serão igualmente aplicadas em suas formas singular e plural.

## **Seção II – Do Objeto**

- 1.3. A finalidade da presente Concorrência é a CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DO AEROPORTO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, conforme disposto no Contrato e dos Anexos ao Contrato, em consonância com os requisitos contidos neste Edital e Anexos, a ser remunerada por meio de Receitas Tarifárias e Não Tarifárias.
- 1.4. O objeto da licitação é a CONCESSÃO DO AEROPORTO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.
- 1.5. Constituem parte integrante deste Edital, os seguintes Anexos:
- Anexo 1 – Modelo de Solicitação de Esclarecimentos;
  - Anexo 2 – Modelos do Edital;
  - Anexo 3 – Modelos de Declaração;

## **Seção III – Do Acesso ao Edital**

- 1.6. O Edital da presente licitação, seus Anexos, bem como todas as informações, estudos e projetos disponíveis sobre o Aeroporto em questão poderão ser obtidos no sítio eletrônico do



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

MUNICÍPIO, incidindo sobre a disponibilização destas informações e estudos as regras previstas para tanto neste Edital.

1.7. As empresas interessadas poderão obter o Edital pelos meios acima especificados, para garantia da autenticidade dos textos e de que estão em seu poder todos os documentos e Anexos que compõem o Edital.

1.8. O MUNICÍPIO não se responsabiliza pelo texto e anexos de Editais obtidos ou conhecidos de forma ou em local diversos dos indicados neste Edital.

1.9. A obtenção do Edital não será condição para participação na Concorrência, sendo suficiente para tanto o conhecimento e aceitação, pela Proponente, de todos os seus termos e condições.

**Seção IV – Dos Esclarecimentos sobre o Edital**

1.10. Informações e esclarecimentos referentes a presente licitação serão fornecidas pelo Departamento de Recursos Materiais, desde que requeridas por escrito (conforme Modelo indicado no Anexo 1 – Modelo de Solicitação de Esclarecimentos) e mediante protocolo, até o 2º dia útil anterior à data de Abertura, no endereço acima, no horário compreendido entre 8h15 e 16h30 ou pelo e-mail: [drmcd@sjc.sp.gov.br](mailto:drmcd@sjc.sp.gov.br).

1.11. Em caso de não solicitação pelas proponentes de esclarecimentos e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

1.12. O MUNICÍPIO não responderá questões que tenham sido formuladas de forma diferente da estabelecida no Edital.

1.13. A ata será divulgada no sítio eletrônico do MUNICÍPIO pelo menos 10 (dez) dias antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes prevista no item 5.2 deste Edital e estará à disposição dos interessados na sede do MUNICÍPIO para consulta, sem identificação da fonte do questionamento. As Proponentes poderão, também, retirar cópia da ata de esclarecimentos sobre o Edital na sede do MUNICÍPIO.

1.14. Todas as respostas do MUNICÍPIO aos pedidos de esclarecimentos realizados nos termos desta seção constarão de ata, que será parte integrante do procedimento licitatório.

**Seção V – Das Visitas Técnicas**

1.15. VISITA SEM AGENDAMENTO: Declaração do Proponente de que vistoriou o local da obra e tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (salienta-se que não haverá acompanhamento técnico do Município e não é necessário agendar a visita).





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

1.15.1. Endereço: AEROPORTO SJK, localizada na Rua Doutora Tânia Lis Tizzoni Nogueira, S/N, Parque Martin Cererê, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, CEP 12227-000.

1.16. A Proponente é a única responsável pela análise direta das condições do objeto desta Concessão, podendo ser realizada visita técnica às instalações dos locais dos próprios públicos que fazem parte do objeto desta licitação, destinada à verificação das condições, natureza, e à mensuração dos materiais e equipamentos necessários para a execução do Contrato.

1.17. A visita técnica tem como objetivo exclusivo permitir aos interessados colher os subsídios técnicos que a seu critério e entendimento sejam os necessários e suficientes para a elaboração de sua Proposta, de maneira que não caberá nenhuma responsabilidade ao Município / CONCEDENTE em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da Visita Técnica.

1.18. A realização de visita técnica não é condição obrigatória para participação na licitação, reputando-se, porém, que a Proposta e os Documentos de Habilitação foram elaborados com perfeito conhecimento pelo licitante das Áreas dos Próprios Públicos e do estado em que se encontram, e que em razão disto não poderão invocar qualquer insuficiência de dados como óbice para a plena execução do contrato.

**Seção VI – Da Impugnação ao Edital**

1.19. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o Edital, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes, no Departamento de Recursos Materiais da PMSJC, na Rua José de Alencar, n.º 123, 1º andar, Sala 03, Paço Municipal, ou, então, mediante envio da impugnação para o seguinte e-mail: drmc@sjc.sp.gov.br, devendo o MUNICÍPIO julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis antes da data de entrega dos envelopes.

1.20. Decairá o direito de impugnar os termos do Edital, a Proponente que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data prevista para a apresentação dos envelopes, sem que a impugnação feita tempestivamente pela Proponente não impedirá a participação do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

1.21. O MUNICÍPIO deverá julgar e responder às eventuais impugnações, na forma da lei.

**Seção VII - Das Disposições Gerais**

1.22. Todos os documentos da licitação, bem como as correspondências trocadas entre as Proponentes e o MUNICÍPIO deverão ser redigidos em língua portuguesa, sendo toda a documentação consultada e interpretada de acordo com este idioma.

1.23. Não serão considerados para efeito de avaliação e julgamento das propostas os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas sem (i) a autenticação junto às Repartições Consulares do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no exterior e (ii) a tradução juramentada para a língua portuguesa.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 1.23.1. Aos Países Signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961, aplicar-se-á o rito estabelecido no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, naquilo que for aplicável, permanecendo a obrigação de tradução dos documentos por tradutor juramentado.
- 1.24. Exceto quando expressamente autorizado neste Edital, os documentos deverão ser apresentados conforme os Modelos constantes do Edital, quando houver.
- 1.25. Todas as referências de horário do presente Edital referem-se ao horário oficial de Brasília.
- 1.26. Qualquer alteração no Edital será divulgada no Diário Oficial do Município e no sítio <https://www.sjc.sp.gov.br/servicos/governanca/portal-da-transparencia/aeroporto-internacional-professor-urbano-stumpf/>.
- 1.27. As informações, estudos, pesquisas, investigações, levantamentos, projetos, planilhas e demais documentos ou dados, relacionados ao Complexo Aeroportuário e à sua exploração, disponibilizados no sítio do MUNICÍPIO, foram realizados e obtidos para fins exclusivos de precificação da Concessão, não apresentando qualquer caráter vinculativo que responsabilize o Poder Concedente perante as Proponentes ou perante a futura Concessionária.
- 1.28. As Proponentes são responsáveis pela análise direta das condições do Complexo Aeroportuário e de todos os dados e informações sobre a exploração da Concessão, bem como pelo exame de todas as instruções, condições, exigências, leis, decretos, normas, especificações e regulamentações aplicáveis à Concorrência e à Concessão, devendo arcar com seus respectivos custos e despesas, inclusive no tocante à realização de estudos, investigações, levantamentos, projetos e investimentos.
- 1.29. A participação na Concorrência implica a integral e incondicional aceitação de todos os termos, disposições e condições do Edital e Anexos, no Contrato de Concessão e Anexos, bem como das demais normas aplicáveis à Concorrência, ressalvado o disposto no §3º do Art. 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CAPÍTULO II – DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

- 2.1. A Concorrência será julgada pela Comissão Permanente de Licitações, cabendo-lhe conduzir os trabalhos necessários à realização da Concorrência.
- 2.2. A Comissão Permanente de Licitações poderá solicitar informações de quaisquer órgãos e entidades envolvidos nesta licitação, bem como de todos aqueles integrantes da Administração Pública Municipal.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

2.3. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a Comissão Permanente de Licitações poderá:

- 2.3.1. solicitar às Proponentes, a qualquer momento, esclarecimentos sobre os documentos por elas apresentados, bem como adotar critérios de saneamento de falhas de caráter formal no curso da Concorrência, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente nos documentos apresentados pelas Proponentes;
- 2.3.2. promover diligência destinada a esclarecer e pedir informações complementares para esclarecer, confirmar a autenticidade das informações contidas nos documentos, ou a complementar a instrução da Concorrência; e
- 2.3.3. prorrogar os prazos de que trata o Edital em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior, sem que caiba às Proponentes direito à indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título, mediante prévia aprovação do MUNICÍPIO.

2.4. A recusa em fornecer esclarecimentos e documentos ou em cumprir as exigências solicitadas pela Comissão Permanente de Licitações, nos prazos por ela determinados e de acordo com os termos deste Edital, poderá ensejar a desclassificação da Proponente, com a consequente execução da Garantia da Proposta, nos termos do item 4.11 deste Edital.

**CAPÍTULO III – DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA**

3.1. Poderão participar da Concorrência, nos termos deste Edital, Proponentes pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras, entidades de previdência complementar e fundos de investimento, isoladamente ou em Consórcio.

3.2. Não será permitida a participação de membro consorciado, suas Controladas, Controladora, ou sob controle comum, em mais de um Consórcio, ainda que com participações ou membros distintos entre si, ou isoladamente.

**Seção I – Da Participação de Empresa Estrangeira**

3.3. As Proponentes pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar, tanto para a participação isolada, como em Consórcio, os documentos equivalentes aos documentos para a habilitação, autenticados pela autoridade consular brasileira de seu país de origem, observado o disposto no item 1.23.1, e traduzidos por tradutor juramentado.

3.4. As Proponentes pessoas jurídicas estrangeiras deverão apresentar declaração conforme Modelo 3, constante no Anexo 3 – Modelo de Carta de Declaração de Equivalência, certificando a correlação entre os documentos administrativos legais e suas validades, normalmente exigidos em licitações no Brasil e os correspondentes no país de origem.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

3.5. Os documentos de habilitação equivalentes devem ser apresentados de forma a possibilitar a análise acerca da sua validade e exigibilidade.

3.6. Na hipótese da inexistência de documentos equivalentes aos solicitados neste Edital ou de órgão(s) no país de origem que os autentique(m), deverá ser apresentada declaração, informando tal fato, por parte da Proponente, conforme Modelo 4 do Anexo 3 – Modelo de Carta de Declaração de Inexistência de Documento Equivalente.

3.6.1. Caso algum dos documentos exigidos no Capítulo IV, Seção IV, Subseção III – Da Regularidade Fiscal e Trabalhista do presente Edital se enquadre na hipótese do item anterior, a declaração contida no Modelo 4, constante do Anexo 3 – Modelo de Carta de Declaração de Inexistência de Documento Equivalente deverá ser acrescida da correspondente declaração de inexistência de débitos de natureza tributária e trabalhista exigíveis.

3.7. As Proponentes responderão civil, administrativa e penalmente pela veracidade das declarações acima referidas.

3.8. Considera-se Representante Legal das Proponentes pessoas jurídicas estrangeiras a pessoa legalmente credenciada e domiciliada no Brasil, com poderes expressos, outorgados por meio de procuração por instrumento público ou particular, para receber citação e responder administrativa e judicialmente no Brasil, bem como para representá-la em todas as fases do processo, condições essas que deverão estar expressamente indicadas em seus documentos de habilitação jurídica.

3.8.1. A procuração deverá ser emitida na língua oficial do país de origem da Proponente, devidamente consularizada, observado o disposto no item 1.23.1, com tradução juramentada e registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos. O Modelo 7, constante do Anexo 2, pode ser utilizado para fins de atendimento deste item.

**Seção II – Da Participação em Consórcio**

3.9. Em se tratando de Consórcio, as seguintes regras deverão ser observadas, sem prejuízo de outras existentes no Edital:

3.9.1. Na formação e organização dos Consórcios, as Proponentes deverão observar o disposto no item 3.2;

3.9.2. Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à apresentação das declarações, regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, no que couber, prevista no Edital;

3.9.3. A desclassificação de qualquer consorciado acarretará a automática desclassificação do Consórcio; e



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 3.9.4. O Operador Aeroportuário, caso seja membro do Consórcio, deverá deter pelo menos 15% (quinze por cento) de participação.
- 3.10. Não há limite de número de participantes para constituição do Consórcio.
- 3.11. Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou, ainda, a alteração nos percentuais de participação dos membros consorciados a partir da data da entrega dos envelopes até a assinatura do Contrato.
- 3.12. Além de outros documentos exigidos pelo Edital, a participação da Proponente em regime de Consórcio fica condicionada à apresentação de compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, subscrito pelos consorciados, com o seguinte conteúdo mínimo:
- 3.12.1. denominação do Consórcio;
  - 3.12.2. qualificação dos consorciados;
  - 3.12.3. a composição da SPE, indicando o percentual de participação de cada membro consorciado no seu capital;
  - 3.12.4. órgãos de administração da SPE;
  - 3.12.5. indicação da Empresa Líder como responsável pelos atos praticados pelo Consórcio perante o MUNICÍPIO, observado o disposto no art. 33, § 1.º da Lei Federal n.º 8.666/93; e
  - 3.12.6. declaração expressa de todos os consorciados de aceitação de responsabilidade solidária, nos termos do art. 33, V, da Lei Federal nº 8.666/93, no tocante ao objeto desta Concorrência, cobrindo integralmente todas as obrigações assumidas na presente Concorrência, a partir da data da apresentação dos Envelopes até o prazo previsto no item 4.14 do Edital, referente ao termo final para devolução da Garantia da Proposta à Proponente.
- 3.13. Para os Fundos de Investimento serão aplicáveis as seguintes regras:
- 3.13.1. as entidades administradora e gestora dos fundos, ou qualquer outra que exerça influência relevante, serão consideradas como Proponentes para a aplicação dos limites de participação previstos no presente Edital;
  - 3.13.2. os quotistas que tiverem participação igual ou superior a 20% (vinte por cento) no Fundo de Investimento serão considerados como Proponentes para a aplicação dos limites de participação previstos no presente Edital.

**Seção III – Das Limitações à Participação**



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 3.14. Não poderão participar desta Concorrência pessoas jurídicas, isoladamente ou em Consórcio, que:
- 3.14.1. estejam suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com a esfera de Governo Municipal, durante o prazo da sanção aplicada;
  - 3.14.2. tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
  - 3.14.3. tenham sido proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
  - 3.14.4. tenham sido proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
  - 3.14.5. estejam enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
  - 3.14.6. tenham sido condenadas, por sentença transitada em julgado, à pena de interdição de direitos devido à prática de crimes ambientais, conforme disciplinado no art. 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
  - 3.14.7. tenham dirigentes ou responsáveis técnicos que sejam ou tenham sido ocupantes de cargo comissionado ou efetivo ou emprego no MUNICÍPIO, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da publicação do Edital;
  - 3.14.8. que estejam em recuperação judicial e extrajudicial, exceto se na fase de habilitação for apresentado o Plano de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor (nos termos da Súmula n.º 50 do TCE/SP).
- 3.15. Aplica-se a restrição de que trata o item 3.16 às Controladoras, Controladas e Coligadas das Empresas Aéreas, bem como às Controladas e Coligadas das Controladoras e das Controladas das Empresas Aéreas.
- 3.16. As Empresas Aéreas não poderão participar desta Concorrência isoladamente.
- 3.16.1. É admitida a participação de Empresas Aéreas, suas Controladoras, Controladas e Coligadas, bem como as Controladas e Coligadas das Controladoras e das Controladas das Empresas Aéreas como membro de Consórcio, observadas as disposições do presente item.
  - 3.16.2. Uma ou mais Empresas Aéreas não poderão participar com mais de 15% (quinze por cento) no Consórcio, considerada a soma de suas participações.
  - 3.16.3. Para fins do disposto no item 3.16.2 acima, serão consideradas, cumulativamente, a participação no consórcio de quaisquer das pessoas jurídicas mencionadas no item 3.16.1.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

**CAPÍTULO IV – DA DOCUMENTAÇÃO**

4.1. Os documentos solicitados para participação nesta licitação quando não encaminhados em seus originais poderão ser validamente apresentados, por meio de publicação realizada em órgão da imprensa oficial ou por cópia previamente autenticada nos termos do artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93, ou, ainda, por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via “Internet”.

4.2. Os documentos referentes às Proponentes não vencedoras poderão ser retirados por elas após a conclusão de todas as etapas da licitação, o que ocorrerá com a celebração do Contrato de Concessão:

4.2.1. A Garantia da Proposta poderá ser reavida pelas Proponentes não vencedoras 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato ou, no caso de revogação da licitação, em até 15 (quinze) dias após a publicação do ato de revogação.

4.3. Decorridos 30 (trinta) dias do término dos prazos mencionados no item 4.2.1, o MUNICÍPIO inutilizará os documentos não retirados.

**Seção I – Das Declarações**

4.4. As Proponentes deverão apresentar Declarações, na data e forma previstas estabelecida neste Edital, conforme Modelo 8, constante no Anexo 3 – Modelo de Declarações, no sentido de:

4.4.1. estarem cientes de todas as exigências previstas no Edital e seus Anexos;

4.4.2. não incidirem nas hipóteses de limitação à participação ao certame, previstas no Capítulo III, Seção III, deste Edital; e

4.4.3. cumprirem ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, que inclui entre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

4.5. Caso as Proponentes pretendam demonstrar sua habilitação técnica por meio da alternativa prevista no item 4.39.4, o documento de que trata este item deverá se fazer acompanhar da declaração constante do Modelo 7, constante do Anexo 3 – Modelo de Declarações para Assistência Técnica, por meio da qual a pessoa jurídica a ser contratada para prestar assistência às operações aeroportuárias deverá identificar-se e declarar, devidamente comprovados os poderes de representação, que não incide nas hipóteses de limitação à participação ao certame, previstas no Capítulo III, Seção III – Das Limitações à Participação, deste Edital. As Declarações deverão ser apresentadas conjuntamente com o Envelope B – Documentação de Habilitação.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

**Seção II – Da Garantia da Proposta**

4.6. A Garantia da Proposta, integrará o Envelope B, e deverá ser entregue na data e forma estabelecida no Modelo 1 do Anexo 2 deste Edital, no valor mínimo de **R\$ 248.427,21** (duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e um centavos) (de acordo com a Súmula n.º 37 do TCE/SP<sup>1</sup>).

4.7. A Garantia da Proposta poderá ser prestada em dinheiro, títulos da dívida pública federal, seguro-garantia ou fiança bancária, observando-se as seguintes condições:

4.7.1. as Garantias das Propostas apresentadas nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária deverão atender às informações mínimas indicadas no Modelo 4 e Modelo 5, constantes do Anexo 2 – Termos e Condições Mínimas do Seguro-Garantia e Modelo de Fiança Bancária e deverão ter seu valor expresso em reais, além de conter assinatura dos administradores da sociedade emitente, com comprovação dos respectivos poderes para representação, admitida a Certidão dos Administradores emitida pela SUSEP, no caso de seguro-garantia.

4.7.2. na hipótese de a Garantia da Proposta ser prestada em títulos da dívida pública, aceitar-se-á apenas Tesouro Prefixado (Letras do Tesouro Nacional – LTN), Tesouro SELIC (Letras Financeiras do Tesouro – LFT), Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional - série C - NTN-C) ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (Notas do Tesouro Nacional - série F - NTN-F);

4.7.3. em caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado conforme agência e conta bancária disposta no Contrato anexo, em nome do MUNICÍPIO, devendo constar a via do beneficiário dentro do Envelope A;

4.7.4. se a Proponente participar isoladamente, a Garantia da Proposta deverá ser apresentada em nome próprio;

4.7.5. em caso de Consórcio, a Garantia da Proposta deverá ser apresentada em nome de um ou mais consorciados e deverá indicar, expressamente, o nome do Consórcio e de todas as consorciadas com suas respectivas participações percentuais, independentemente de a Garantia da Proposta ter sido prestada por um ou mais consorciados. Nesse caso, é ainda admissível o aporte do montante total devido, segregado entre as consorciadas, as quais poderão optar por uma das modalidades de garantia, sem prejuízo da escolha, pelas demais consorciadas, por modalidade diversa; e

4.7.6. em caso de fundo de investimento, a Garantia da Proposta deverá ser prestada pelo administrador ou gestor do fundo, conforme previsão regulamentar aplicável.

---

<sup>1</sup> **SÚMULA Nº 37** - Em procedimento licitatório para contratação de serviços de caráter continuado, os percentuais referentes à garantia para participar e ao capital social ou patrimônio líquido devem ser calculados sobre o valor estimado correspondente ao período de 12 (doze) meses.





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

4.8. No caso de a Garantia da Proposta ser fornecida por meio de títulos da dívida pública, conforme o item 4.7.2, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

4.9. A Garantia da Proposta deverá ter o MUNICÍPIO como beneficiário e a Proponente como tomadora, devendo possuir prazo mínimo de 1 (um) ano, a contar da data de que trata o item 5.2, devendo ter prorrogado o seu prazo de validade pelo menos 15 (quinze) dias antes de seu vencimento, à expensa da própria Proponente, caso expire antes do prazo previsto no item 4.14, sob pena de desclassificação no presente certame.

4.10. No caso de renovação, a Garantia da Proposta será reajustada pela variação positiva do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, no período compreendido entre a data de que trata o item 5.2 e o mês imediatamente anterior à renovação da Garantia da Proposta.

4.11. As Garantias da Proposta poderão ser executadas pelo MUNICÍPIO, mediante prévia notificação, assegurado o direito de contraditório e ampla defesa, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e na legislação aplicável, nas seguintes hipóteses, conforme o disposto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal:

- 4.11.1. inadimplemento total ou parcial, por parte das Proponentes, das obrigações por elas assumidas em virtude de sua participação na Concorrência;
- 4.11.2. apresentação, pela Proponente vencedora, dos documentos de habilitação em desconformidade com o estabelecido pelo Edital;
- 4.11.3. não cumprimento, pela Adjudicatária, das obrigações prévias à celebração do Contrato;
- 4.11.4. recusa da Adjudicatária em celebrar o Contrato;
- 4.11.5. prática pela Proponente de atos que visem a frustrar os objetivos do certame;
- 4.11.6. cobertura de multas, penalidades e indenizações eventualmente devidas pelas Proponentes ao MUNICÍPIO, em virtude de sua participação na Concorrência, da data da apresentação da Garantia da Proposta até o prazo previsto no item 4.14, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades e da responsabilização residual pelo valor que extrapolar a Garantia da Proposta; e
- 4.11.7. retirada da proposta pela Proponente dentro do prazo de validade.

4.12. É vedada qualquer modificação nos termos e condições da Garantia da Proposta após a sua apresentação ao MUNICÍPIO sem sua prévia anuência.

4.13. A Garantia da Proposta não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo tomador da garantia relativamente à participação na Concorrência e termos do Edital.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

4.14. A Garantia da Proposta será devolvida às Proponentes em até 15 (quinze) dias após a Data de Eficácia do Contrato.

**Seção III – Da Proposta Econômica**

4.15. A Proposta Econômica ofertada versará sobre o valor de Outorga a ser paga, nas condições definidas no Contrato de Concessão, devendo ser apresentada de acordo com o Modelo 2, constante do Anexo 2 – Modelo de Apresentação da Proposta Econômica.

4.16. A Proponente deverá indicar, na sua proposta econômica, o valor da Outorga a ser paga, no máximo, 2 (duas) casas decimais, a ser reajustado nos termos do Contrato de Concessão, observado o valor mínimo de **R\$ 2.335.226,54** (dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos).

4.16.1. O valor da Outorga a ser paga pela Proponente vencedora deverá ser destinado, pelo Município, ao desenvolvimento e fomento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica, incluindo outros aeródromos do respectivo Plano Aeroviário ou infraestrutura de acesso viário a aeródromos, nos termos do art. 13, do Decreto Federal n.º 7.624/11.

4.17. Para a definição do valor mínimo de que trata o item 4.16 não foi considerado o benefício tributário do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, disciplinado pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.17.1. Em caso de concessão de benefício tributário do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, o MUNICÍPIO procederá à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, a favor do Poder Concedente.

4.18. A proposta econômica apresentada deverá ter validade de 1 (um) ano, contado da data de sua apresentação, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação do MUNICÍPIO.

4.19. As propostas econômicas, assim como os lances efetuados na etapa viva-voz da Concorrência, deverão ser incondicionais, irretratáveis e irrevogáveis.

4.20. Não poderá ser apresentado pela Proponente, seja junto à proposta econômica ou em qualquer outra etapa do processo licitatório, o seu plano de negócio, sob pena de desclassificação e aplicação de multa equivalente ao valor da Garantia da Proposta, com sua consequente execução.

**Seção IV – Da Habilitação**

4.21. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados na forma estabelecida neste Edital, especialmente nesta Seção IV.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

4.22. As Proponentes estrangeiras deverão apresentar, tanto para a participação isolada, como em Consórcio, os documentos equivalentes aos exigidos nesse Edital, conforme as instruções constantes na Seção I – Da Participação de Empresa Estrangeira do Capítulo III deste Edital.

**Subseção I – Da Habilitação Jurídica**

4.23. A Proponente deverá apresentar os documentos a seguir listados, inclusive no tocante aos membros de Consórcio, quando houver:

4.23.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, a mesma deverá apresentar também documento de eleição dos seus administradores;

4.23.2. Certidão expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro competente, com as informações atualizadas sobre o registro da empresa.

4.24. Quando a Proponente for uma entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, adicionalmente, um comprovante de autorização expressa e específica quanto à constituição e funcionamento da entidade de previdência complementar, concedida pelo órgão fiscalizador competente.

4.25. Quando a Proponente for um fundo de investimento, deverá apresentar, adicionalmente, os seguintes documentos:

4.25.1. comprovante de registro do fundo de investimento na Comissão de Valores Mobiliários;

4.25.2. regulamento do fundo de investimento consolidado;

4.25.3. comprovante de registro do regulamento do fundo de investimento perante o Registro de Títulos e Documentos competente;

4.25.4. comprovante de registro do administrador e, se houver, do gestor do fundo de investimento, perante a Comissão de Valores Mobiliários; e

4.25.5. comprovação de que o fundo de investimento se encontra devidamente autorizado a participar do certame.

4.26. No caso de pessoas jurídicas estrangeiras em funcionamento no Brasil, será exigido, adicionalmente, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.27. As pessoas jurídicas estrangeiras, que participarem isoladamente ou reunidas em Consórcio, que não funcionem no Brasil, deverão apresentar a documentação prevista nesta Subseção, em conformidade com a legislação de seu país de origem, devendo apresentar, adicionalmente, declaração expressa de que se submete à legislação brasileira e que renuncia a



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

qualquer reclamação por via diplomática, conforme Modelo 5, constante do Anexo 3 – Modelo de Declaração Formal de Expressa Submissão à Legislação Brasileira e de Renúncia de Reclamação por via Diplomática.

4.28. No caso de consórcio, deverá ser apresentado o compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, nos termos do item 3.12 deste Edital.

**Subseção II – Da Habilitação Econômico-financeira**

4.29. A Proponente deverá apresentar os documentos a seguir listados, inclusive no tocante aos membros de Consórcio, quando houver:

4.29.1. para qualquer tipo de sociedade empresária: certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da Comarca (Varas Cíveis) da cidade onde a empresa for sediada, com data de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias anteriores à data da Sessão Pública da Concorrência;

4.29.2. para sociedades simples: Certidão expedida pelo distribuidor judicial das Varas Cíveis em geral (Execução Patrimonial) da Comarca onde a empresa está sediada, datada de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias anteriores à data da Sessão Pública da Concorrência.

4.30. Se houver alguma ação judicial distribuída na modalidade prevista nos itens 4.29.1 e 4.29.2 acima, a Proponente deverá apresentar a certidão atualizada que aponte a situação do processo.

4.31. Caso a Proponente esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado estarem em pleno vigor, bem como a homologação do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

4.32. Quando a Proponente for uma entidade aberta ou fechada de previdência complementar, deverá apresentar, adicionalmente, declaração de que os planos e benefícios por ela administrados não se encontram sob liquidação ou intervenção da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) ou da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), ambas do Ministério da Economia.

4.33. Quando a Proponente for um fundo de investimento, deverá apresentar, adicionalmente, certidão negativa de falência da administradora e gestora do fundo, expedida pelo(s) cartório(s) de distribuição da sede das mesmas, com prazo de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da Sessão Pública da Concorrência.

4.34. A Proponente e, no caso de Consórcio, cada consorciado individual e proporcionalmente à sua participação no Consórcio, deverá declarar que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprios e de terceiros necessários à consecução do objeto desta Concessão, nos termos do Modelo 2, constante do Anexo 3 – Modelo de Declaração de Capacidade Financeira.



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

**Subseção III – Da Regularidade Fiscal e Trabalhista**

4.35. A Proponente deverá apresentar os documentos a seguir listados, inclusive no tocante aos membros de Consórcio, quando houver:

4.36. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do contrato;

4.36.1. Se o Proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o Proponente for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.37. Prova de Regularidade, através de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, perante as Fazendas:

4.37.1. Nacional através de certidão conjunta emitida pela RFB e PGFN, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, atualizada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1751/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 682/2019.

4.37.2. Estadual (no mínimo, no que se refere ao ICMS), do domicílio ou sede do Proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

4.37.3. Municipal (no mínimo, no que se refere a tributos mobiliários), do domicílio ou sede do Proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

4.38. Prova de regularidade para com o FGTS, através de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), demonstrando situação regular quanto aos recolhimentos.

**Subseção IV – Da Habilitação Técnica**

4.39. Para fins de qualificação técnica para apresentação de propostas na concorrência, é necessário que seja atendido um dos seguintes requisitos:

***a) Proponente individual***

4.39.1. A Proponente que participar da Concorrência isoladamente deve ser um Operador Aeroportuário que tenha operado, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, aeroporto que tenha processado, naquele ano, no mínimo 60.000 (sessenta mil) passageiros; ou



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 4.39.2. A Proponente que participar da Concorrência isoladamente deve ser um Operador Aeroportuário que tenha operado, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, um aeroporto que tenha processado, em um único ano, no mínimo 5.000 (cinco mil) operações de aeronaves (pousos e decolagens sem considerar arremetidas), considerando operações comerciais, gerais e executivas.

***b) Proponente consórcio***

- 4.39.3. A Proponente que participe da Concorrência sob a forma de Consórcio deve ter, na composição do Consórcio, um Operador Aeroportuário que atenda um dos requisitos de experiência técnica previstos nos itens 4.39.1 e 4.39.2, observado o disposto no item 3.9.4.

- 4.39.3.1. Em caso de participação em consórcio, não será exigido prazo mínimo de relação societária entre a Controladora ou subsidiária integral da pessoa jurídica operadora ou de sua Controladora e a pessoa jurídica que opera diretamente o aeroporto, devendo esta última atender ao prazo mínimo de experiência previsto no item 4.39.1 e 4.39.2.

***c) Proponente individual ou consórcio – Assistência Técnica***

- 4.39.4. A Proponente que participe isoladamente ou sob a forma de Consórcio que não atenda aos requisitos dos itens 4.39.1 e 4.39.2, deve apresentar, conforme Modelo 1, constante do Anexo 3 – Modelo de Declaração de Compromisso de Contratação de Assistência Técnica às Operações Aeroportuárias, compromisso de contratação de pessoa jurídica que tenha operado, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, aeroporto que tenha processado, naquele ano, no mínimo os quantitativos previstos nos itens 4.39.1 e 4.39.2.

- 4.39.4.1. Não será permitida a participação na concorrência da pessoa jurídica a ser contratada na forma do item 4.39.4, seja como Proponente individual, membro de Consórcio ou vinculada a outros Proponentes por meio de compromisso de contratação de assistência técnica.

- 4.39.4.2. O compromisso de contratação de que trata o presente item deverá ser assinado pela Proponente e por representante da pessoa jurídica a ser contratada, devidamente comprovados os poderes de representação.

- 4.39.4.3. A pessoa jurídica a ser contratada para assistência técnica deverá declarar, na forma do item 4.5, que não incide nas hipóteses de limitação à participação no certame, previstas no item 4.39.4.1 deste Edital.

- 4.39.4.4. A contratação de que trata o item 4.39.4 deverá ser formalizada pela Concessionária e pela pessoa jurídica indicada até a assinatura do Contrato de Concessão e deverá prever, no mínimo:



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 4.39.4.5. a prestação de assistência técnica, considerando as melhores práticas do setor, necessária ao cumprimento da regulação vigente, em especial, mas não exclusivamente, às atividades de:
- i. projeto de infraestrutura aeroportuária;
  - ii. gerenciamento da segurança operacional em aeroportos;
  - iii. operação e manutenção aeroportuária;
  - iv. resposta à emergência;
  - v. gerenciamento do risco da fauna;
  - vi. segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita (AVSEC);
  - vii. elaboração, desenvolvimento e implantação de programas e planos aplicáveis às operações e infraestrutura aeroportuária;
  - viii. adequada prestação do serviço aos usuários;
  - ix. consulta aos usuários; e
  - x. transferência operacional.
- 4.39.4.6. declaração de que a Concessionária não poderá se eximir do cumprimento, total ou parcial, das obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, ou justificar qualquer atraso ou irregularidade na execução de seu objeto, em razão do contrato de que trata o presente item;
- 4.39.4.7. que a Concessionária responde com exclusividade perante o MUNICÍPIO pelo cumprimento do Contrato de Concessão e dos normativos aplicáveis a operador aeroportuário de aeródromo civil público, a despeito de eventuais avenças estabelecidas entre contratante e contratado para direito de regresso;
- 4.39.4.8. que durante toda vigência do Contrato de Concessão, a rescisão do contrato de assistência técnica dependerá de prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE, observadas as disposições do Contrato de Concessão sobre o assunto.

4.40. A comprovação do atendimento aos requisitos de qualificação técnica pelo Operador Aeroportuário Proponente ou integrante de Consórcio ou pela pessoa jurídica a ser contratada para prestar assistência técnica à operação do aeroporto obedecerá ao seguinte:



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 4.40.1. A proponente poderá comprovar a movimentação mínima de passageiros, ainda, por meio de atestado emitido pela entidade pública competente, que prevalecerá sobre o documento previsto no caput em caso de divergência de informações.
- 4.40.2. Para fins de comprovação dos demais requisitos constantes do item 4.39, deverá ser apresentado atestado emitido pela entidade pública competente no qual conste, expressamente, os seguintes dados referentes ao Operador Aeroportuário Proponente ou integrante de Consórcio ou referente à pessoa jurídica a ser contratada para prestar assistência técnica:
- a) o nome da pessoa jurídica que opera diretamente o aeroporto; e
  - b) a data de início da operação do aeroporto por essa mesma pessoa jurídica.
- 4.40.3. Caso o Operador Aeroportuário Proponente ou integrante de Consórcio ou a pessoa jurídica a ser contratada para prestar assistência técnica não seja a pessoa jurídica que opera diretamente o respectivo aeroporto, deverá apresentar a Declaração conforme Modelo 6, constante do Anexo 3 – Modelo de Carta Subscrita por Operador Aeroportuário, assinada pela pessoa jurídica que o opera diretamente. Deverá, ainda, juntar os documentos comprobatórios de sua relação societária com a pessoa jurídica que opera diretamente o aeroporto que o qualifiquem como Operador Aeroportuário.

**CAPÍTULO V – DAS ETAPAS DA CONCORRÊNCIA**

5.1. Esta licitação será processada e julgada, mediante a inversão das fases de habilitação e julgamento, pela Comissão regularmente constituída, obedecidas as regras, trâmites e prazos estabelecidos neste Edital e no ato que a constitui.

**Seção I – Da Apresentação dos Documentos**

- 5.2. No dia 21 de fevereiro de 2022, às 10:00 horas, no endereço: Rua José de Alencar, n.º 123 - Centro, São José dos Campos - SP, 12209-904, as Proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:
- 5.2.1. Envelope A, contendo a Proposta Econômica, nos termos da Seção III do Capítulo IV deste Edital;
  - 5.2.2. Envelope B, contendo a Documentação de Habilitação, nos termos da Seção IV do Capítulo IV deste Edital;
  - 5.2.3. Documentos para o credenciamento dos representantes legais das Proponentes.





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

5.3. Os envelopes A e B exigidos neste Edital deverão ser apresentados em 2 (dois) envelopes distintos, opacos, lacrados e inviolados, devendo conter na parte exterior a denominação social da Proponente, o seu endereço, bem como a referência à Concorrência em tela, conforme sugestão a seguir:

CONCORRÊNCIA Nº021/SGAF/2021 - CONCESSÃO AEROPORTO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

[INDICAÇÃO DO RESPECTIVO ENVELOPE. POR EXEMPLO: “ENVELOPE A –PROPOSTA  
ECONÔMICA]

[DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE OU DO CONSÓRCIO]

5.4. Os Envelopes A e B, referidos neste Edital, deverão ser entregues direta e pessoalmente, à Comissão Permanente de Licitação, na data, horário, local e forma estipulados neste edital, e no aviso publicado, na presença de pelo menos 03 (três) membros da Comissão Permanente de Licitação.

5.5. Após ser declarado o encerramento do recebimento dos Envelopes pela Comissão Permanente de Licitações, observada a tolerância prevista no item acima, nenhum outro envelope será recebido, não cabendo qualquer direito de reclamação.

5.6. Todos os Envelopes que forem apresentados na Licitação, bem como o conteúdo destes, após a sua abertura em Sessão Pública, poderão ser rubricados pelos representantes credenciados das Proponentes que, presentes à Sessão Pública, assim o desejarem.

5.7. Somente serão aceitos envelopes e documentos de Credenciamento entregues diretamente à Comissão Permanente de Licitações, não sendo admitido o envio pelo correio ou por qualquer outra forma de entrega.

5.8. Cada envelope deve conter duas vias dos documentos, uma em forma original ou cópia autenticada e a outra em cópia simples. Cada via deve ter os subtítulos “1ª via” e “2ª via”, respectivamente, bem como ser apresentadas encadernadas separadamente, com todas as páginas numeradas sequencialmente, inclusive as páginas de separação, catálogos, desenhos ou similares, se houver, independentemente de ser mais de um caderno, da primeira à última página, de forma que a numeração da última página do último caderno reflita a quantidade de páginas de cada volume.

5.9. Os documentos recebidos em desacordo com o este Edital e seus anexos não serão considerados para quaisquer fins, e a proponente responsável estará desclassificada do certame.

## **Seção II – Credenciamento**

5.10. Após o recebimento dos envelopes, ocorrerá o credenciamento dos representantes das Proponentes junto à Comissão Permanente de Licitação, na ordem procedimento indicada no item 5.18, mediante a apresentação da documentação abaixo relacionada:



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 5.10.1. No caso de Proponentes que sejam empresas brasileiras, mediante apresentação dos atos constitutivos e atas de eleição e/ou certidão simplificada, em se tratando de representantes legais estatutários ou administradores, e em se tratando de procuradores, instrumento de procuração que comprove poderes para praticar, em nome da Proponente, todos os atos referentes à Concorrência, incluindo os poderes de receber citação, representar a Proponente administrativa e judicialmente, fazer acordos e renunciar a direitos, nos moldes do Modelo 8, constante do Anexo 2 – Modelo de Procuração, acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s), conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou civil competente;
- 5.10.2. No caso de Proponentes em Consórcio, o instrumento de procuração mencionado no item anterior deverá ser outorgado pela Empresa Líder, e será acompanhado de:
- a) indicação da Empresa Líder como responsável pelos atos praticados pelo Consórcio perante o MUNICÍPIO;
  - b) procurações outorgadas pelos consorciados à Empresa Líder, conforme Modelo 6, constante do Anexo 2 – Modelo de Procuração (Proponentes em Consórcio), conferindo-lhe poderes expressos, irretratáveis e irrevogáveis para concordar com condições, transigir, compromissar-se, assinar quaisquer papéis, documentos e instrumentos de contratação relacionados com o objeto da Concorrência;
  - c) documentos que comprovem os poderes de todos os outorgantes (conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou civil competente); e
  - d) compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico, subscrito pelos consorciados.
- 5.10.3. No caso de empresa estrangeira isoladamente, mediante apresentação de:
- 5.10.3.1. instrumento de procuração outorgado a representante residente e domiciliado no Brasil, nos moldes do Modelo 7, constante do Anexo 2 – Modelo de Procuração (Proponentes estrangeiras), que comprove poderes para:
- a) praticar, em nome da Proponente, todos os atos referentes à Concorrência;
  - b) receber citação e representar a Proponente administrativa e judicialmente; e
  - c) fazer acordos e renunciar a direitos.
- 5.10.3.2. documentos que comprovem os poderes dos outorgantes, com a(s) assinatura(s) devidamente reconhecida(s) como verdadeira(s) por



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

notário ou outra entidade de acordo com a legislação aplicável aos documentos, reconhecidos pela representação consular brasileira, observado, quando for o caso, o item 1.23.1, devidamente traduzidos ao português por tradutor público juramentado e registrados em Cartório de Títulos e Documentos (conforme última alteração arquivada no registro empresarial, civil competente ou exigência equivalente do país de origem).

5.11. Cada Representante Credenciado somente poderá exercer a representação de uma única Proponente.

5.12. O Credenciamento servirá para a representação das Proponentes na Sessão Pública de abertura dos envelopes e em todos os demais atos da Licitação, incluindo a assinatura dos documentos e declarações exigidas no presente Edital.

5.13. A Proponente que não cumprir os requisitos para o credenciamento de seu representante estará impedida de se manifestar durante as SESSÕES PÚBLICAS que ocorrerem no curso do procedimento licitatório, não havendo, contudo, qualquer impedimento à participação da Proponente no processo de Licitação.

5.14. Em qualquer sessão e a qualquer momento, inclusive na SESSÃO PÚBLICA inicial, as PROPONENTES poderão credenciar representantes, observada a limitação quantitativa e os demais documentos acima indicados, bem como substituir ou revogar credenciamento já realizado em outra sessão.

5.15. Tanto o credenciamento de novo representante como a substituição ou revogação de representantes serão registrados na respectiva ata da SESSÃO PÚBLICA em que ocorridos.

5.16. O credenciamento de representante da Proponente não constitui condição para a entrega dos envelopes.

5.17. Toda a comunicação entre, de um lado, o Poder Concedente ou a Comissão Permanente de Licitação, e, de outro lado, as Proponentes, se dará via seus Representantes Credenciados.

**Seção III – Da Sessão Pública da Concorrência**

5.18. No dia e horário indicados no item 5.2 neste Edital, será iniciada a Sessão Pública de abertura dos envelopes, que terá a seguinte ordem:

- (i) Entrega dos Envelopes A e B pelas Proponentes;
- (ii) Entrega dos documentos de Credenciamento dos representantes das Proponentes;
- (iii) Abertura do Envelope A –Proposta Econômica;
- (iv) Classificação das Propostas Econômicas de acordo com o Maior valor da Outorga;
- (v) Processamento, se o caso, da fase de lances em viva-voz;



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- (vi) Rubrica dos documentos contidos no Envelope A – Proposta Econômica, pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e, facultativamente, pelos representantes credenciados das Proponentes presente à Sessão Pública;
- (vii) Análise dos documentos contidos no Envelope B – Documentos de Habilitação;

- 5.19. Terá início a fase de lances sucessivos efetuados em viva-voz.
- 5.20. O diretor da sessão poderá fixar um tempo máximo entre lances.
- 5.21. Cada lance deverá superar o valor da oferta da própria Proponente, considerando que o lance:
- 5.21.1. deverá respeitar o intervalo mínimo entre lances, que será determinado pelo diretor da sessão;
  - 5.21.2. deverá alterar a classificação da Proponente no resultado provisório;
  - 5.21.3. não poderá ter valor idêntico ao lance de outra Proponente.
- 5.22. Será considerada vencedora a Proponente que for a titular quando finalizada a fase de lances em viva-voz.
- 5.23. O diretor da sessão declarará o encerramento da fase de lances em viva-voz quando, terminado o prazo dado para oferta de novos lances, nenhuma Proponente se manifestar com nova proposta segundo as condições estabelecidas no item 5.21. O resultado provisório configurado após o último lance antes do término será, então, o resultado final da Concorrência.
- 5.24. Imediatamente após o término da etapa viva-voz a Proponente vencedora deverá ratificar a sua proposta mediante apresentação de carta conforme Modelo 3, constante no Anexo 2 – Modelo de Ratificação de Proposta Econômica, contendo o lance vencedor.

**Seção IV – Da Análise dos Demais Documentos**

- 5.25. A Comissão Permanente de Licitação somente abrirá o Envelope com os Documentos de Habilitação da Proponente vencedora, após, aberto o prazo para interposição de recursos em face da decisão da Comissão quanto à classificação das Propostas Econômicas, não terem sido interpostos recursos, ou, no caso de terem sido interpostos, após o seu procedimento e julgamento.
- 5.26. Será inabilitada do certame a Proponente que apresentar os documentos de habilitação em desconformidade com o exigido neste Edital e seus Anexos.
- 5.27. Eventuais falhas na entrega ou defeitos formais nos documentos poderão ser sanadas, nos termos do item 2.3.1 deste Edital, conforme procedimento e prazo a ser definido pela



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

Comissão Permanente de Licitação. Considera-se falha ou defeito formal aquela que (i) não desnature o objeto substancial do documento apresentado, e que (ii) não impeça aferir, com a devida segurança, a informação constante do documento.

5.28. Caso ocorra a inabilitação da Proponente declarada vencedora, será declarada vencedora a Proponente Classificada que tenha apresentado a maior Oferta no resultado final da Concorrência, conforme as regras do Edital.

5.29. A inabilitação da Proponente que tenha sido considerada vencedora implicará:

5.29.1. a execução integral da sua Garantia da Proposta; e

5.29.2. a abertura dos Documentos de Habilitação da Proponente que tenha apresentado a segunda melhor proposta econômica, nos termos do item 5.28, e assim sucessivamente até que uma Proponente cumpra com os requisitos da habilitação, caso em que será considerada vencedora.

5.30. Finalizada a apreciação dos Documentos de Habilitação, a Comissão Permanente de Licitações divulgará o resultado da análise, abrindo-se prazo para interposição de recursos referentes, apenas, à documentação contida no ENVELOPE B – Documentos de Habilitação da Proponente que tiver apresentado a Proposta Econômica declarada vencedora.

5.30.1. Não interpostos recursos ou, caso interpostos, após o seu processamento e julgamento, será publicado o resultado da LICITAÇÃO.

**Seção V – Dos Recursos Administrativos**

5.31. As Proponentes que participarem da Concorrência poderão recorrer das decisões da Comissão Permanente de Licitações, nos termos do art. 109, da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

5.32. Os recursos a que se refere esta Seção deverão ser interpostos no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação da decisão no Diário Oficial do Município.

5.33. O recurso somente será admitido quando subscrito pelo Representante Credenciado ou por representante legal e deverá ser protocolado na Prefeitura do Município de São José dos Campos, no Departamento de Recursos Materiais (DRM), situado à Rua José de Alencar n.º 123, 1º andar, sala 03 do Paço Municipal.

5.34. A interposição de recurso será comunicada às demais Proponentes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

**Seção VI – Da Homologação da Concorrência e da Adjudicação do Objeto**

5.35. Constatado o atendimento das condições de habilitação e classificação pela Proponente declarada vencedora, a Comissão Permanente de Licitações encaminhará todo o



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

processo licitatório ao Prefeito do Município de São José dos Campos para a sua homologação e adjudicação.

**CAPÍTULO VI – DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**Seção I – Das Obrigações Prévias à Celebração do Contrato**

6.1. As obrigações previstas no item 6.2, abaixo, devem ser cumpridas pela Adjudicatária, em até 60 (sessenta) dias após a publicação do ato de homologação, prorrogáveis, justificadamente, a critério do MUNICÍPIO.

6.2. Caberá à Adjudicatária apresentar ao MUNICÍPIO os seguintes documentos:

6.2.1. A comprovação do pagamento do valor de **R\$ 2.805.525,06** (dois milhões, oitocentos e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais e seis centavos) à empresa encarregada pela realização dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, conforme autorizado pelo art. 21 da Lei nº 8.987/95.

6.2.1.1. O valor de que trata o item 6.2.2 será atualizado pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculada por meio da razão entre o último índice disponível na data efetiva do ressarcimento e o IPCA divulgado pelo IBGE no mês de fevereiro de 2021.

6.2.2. A ata da assembleia geral de constituição da Concessionária, na forma de sociedade limitada ou anônima, eventuais atas posteriores e o respectivo estatuto social da Concessionária consolidado, com a correspondente certidão da Junta Comercial e inscrição no CNPJ/MF (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda) pelo qual conste:

6.2.2.1. a indicação de sua composição societária, com a descrição dos tipos de ações e da participação dos acionistas por tipo de ação;

6.2.2.2. seus órgãos de administração;

6.2.2.3. compromisso com princípios de governança corporativa na gestão da Concessionária;

6.2.2.4. que a Concessionária será sediada em território nacional;

6.2.2.5. que a Concessionária terá finalidade exclusiva de explorar o objeto da Concessão;

6.2.2.6. o capital social da Concessionária, subscrito no valor mínimo de **R\$ 12.925.316,94** (doze milhões, novecentos e vinte e cinco mil, trezentos e dezesseis reais e noventa e quatro centavos);



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 6.2.2.7. O compromisso de integralização do capital social, até a assinatura do Contrato, em moeda corrente nacional, no valor mínimo de **R\$ 6.152.730,79** (seis milhões, cento e cinquenta e dois mil, setecentos e trinta reais e setenta e nove centavos).
- 6.2.3. A Garantia de Execução contratada pela Concessionária, conforme condições previstas no Anexo do Contrato de Concessão, observado o valor mínimo de **R\$ 5.322.087,00** (cinco milhões, trezentos e vinte e dois mil e oitenta e sete reais).
- 6.2.4. Se for o caso, o contrato ratificado pela Concessionária e pela pessoa jurídica que prestará assistência técnica às operações aeroportuárias, nos termos e condições do item 4.39.4 e seus subitens.
- 6.3. Em se tratando de Adjudicatária que tenha participado do certame na qualidade de Consórcio, a constituição da Concessionária deverá obedecer aos termos do Termo de Compromisso de Constituição de Sociedade de Propósito Específico deste Edital.
- 6.4. Em se tratando de Adjudicatária que tenha participado do certame na qualidade de Proponente individual, a Concessionária será criada a partir de uma subsidiária integral.
- 6.5. Por conta e risco da Adjudicatária, mesmo antes da assinatura do Contrato, o MUNICÍPIO poderá autorizar o acesso ao Complexo Aeroportuário bem como às informações do Aeroporto para o início da elaboração do Plano de Transferência Operacional.
- 6.6. As partes poderão recorrer ao MUNICÍPIO para mediar e solucionar conflitos que interfiram na boa execução das Obrigações Prévias à Celebração do Contrato.

**Seção II – Da Celebração do Contrato de Concessão**

- 6.7. Cumpridas as exigências dos itens anteriores, a Concessionária será convocada a assinar o Contrato, conforme definido no Anexo –Contrato de Concessão.
- 6.8. A recusa da Concessionária ou de qualquer de seus acionistas, regularmente convocados, a assinar o Contrato em até 5 (cinco) dias úteis contados da convocação, sem o cumprimento das exigências previstas neste Edital, e sem justificativa aceita pelo MUNICÍPIO, ocasionará:
- 6.8.1. a aplicação de multa correspondente ao valor integral da Garantia da Proposta, a título de ressarcimento pelos prejuízos causados, e a imediata execução da Garantia da Proposta;
- 6.8.2. o impedimento de a Adjudicatária Proponente individual, ou, no caso de Consórcio, de todas as empresas membro, participar de novas licitações e contratar com o MUNICÍPIO pelo prazo de 2 (dois) anos; e



**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

- 6.8.3. a convocação, a critério do MUNICÍPIO, das Proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nos prazos e nas condições ofertados pela adjudicatária ou a revogação da presente licitação.

**Seção III – Das Disposições Gerais do Contrato de Concessão**

- 6.9. O prazo de vigência do Contrato será de 30 (trinta) anos.
- 6.10. As restrições tarifárias e a Outorga serão reajustadas conforme os critérios, prazos e índices previstos no Anexo - Contrato de Concessão do Aeroporto.
- 6.11. Os bens reversíveis vinculados à Concessão são todos aqueles indicados no Anexo – Contrato de Concessão.
- 6.12. O exercício social da Concessionária e o exercício financeiro do Contrato coincidirão com o ano calendário, assim entendido como o período de doze meses compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro.
- 6.13. A lei aplicável ao Contrato será a brasileira, com os seus princípios informadores, não sendo admitida qualquer menção a direito estrangeiro ou internacional, nem mesmo como meio de interpretação.
- 6.14. A participação dos acionistas da Concessionária, direta ou indiretamente, no capital votante de Empresas Aéreas deverá, nos primeiros cinco anos do prazo da Concessão, observar as regras de limitação à participação previstas neste Edital.
- 6.14.1. Após o transcurso do prazo de cinco anos, a participação dos acionistas da Concessionária nessas entidades dependerá de prévia e expressa anuência do MUNICÍPIO.

**CAPÍTULO VII – DAS PENALIDADES**

- 7.1. Sem prejuízo da execução das Garantias, o descumprimento de qualquer condição estabelecida neste Edital possibilitará ao MUNICÍPIO, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar às Proponentes e à Adjudicatária, as seguintes penalidades:
- 7.1.1. advertência;
- 7.1.2. multa; e
- 7.1.3. suspensão temporária do direito de contratar ou participar de licitações e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO por até 2 (dois) anos.
- 7.2. Sem prejuízo das penalidades previstas no item 7.1, fica, ainda, garantida à autoridade competente a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública





**PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**  
**SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANÇAS**  
**DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS**

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO.

7.3. O descumprimento de qualquer condição antecedente e necessária à Concessão, em especial a de aporte de garantias nos prazos estabelecidos, configurará recusa da Proponente ou Adjudicatária em receber a Concessão, restando caracterizado o total descumprimento da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades tipificadas neste Capítulo, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, sempre mediante processo administrativo instaurado especialmente para este fim, assegurado o contraditório e ampla defesa.

7.4. Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Concessão, o Poder Concedente poderá, garantida o contraditório e ampla defesa, aplicar as penalidades previstas no Capítulo VIII - Penalidades do Contrato.

**CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1. Na hipótese de o MUNICÍPIO vir a tomar conhecimento, após a fase de habilitação, de que qualquer documento apresentado por uma Proponente era falso ou inválido à época da apresentação, poderá desclassificá-la, sem prejuízo de indenização devida.

8.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1, a Concorrência somente poderá ser revogado pelo MUNICÍPIO por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal revogação.

8.3. O MUNICÍPIO, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular a Concorrência se verificada qualquer ilegalidade que não possa ser sanada.

8.4. A nulidade da Concorrência implica a nulidade do Contrato, não gerando obrigação de indenizar por parte do Poder Concedente, salvo na situação prevista no art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 e suas modificações.

8.5. A Proponente se obriga a comunicar ao MUNICÍPIO, a qualquer tempo, qualquer fato ou circunstância superveniente que seja impeditivo das condições de habilitação, imediatamente após sua ocorrência.

8.6. A Concessionária deverá observar as diretrizes da Lei Federal nº 13.709/2018, no âmbito da execução do objeto do Contrato, naquilo que lhe for aplicável.

São José dos Campos, 22 de dezembro de 2021.

**Odilson Gomes Braz Júnior**  
**Secretário de Gestão Administrativa e Finanças**